

Direita reconhece derrota

Dora Tavares

BRASÍLIA — No dia 1º de fevereiro, o presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores), Jair Meneguelli, explodiu em meio a uma reunião em que se negociava a estabilidade no emprego: "Até agora o trabalhador só abriu as pernas. Para fazer o que vocês estão fazendo, era melhor que não houvesse Constituinte". O relator Bernardo Cabral e meia dúzia de parlamentares presentes ficaram atônitos e ofendidos.

Sete meses depois, quando o plenário começa a tornar definitiva a nova Carta, Meneguelli e a esquerda vêem confirmadas vitórias que levam a direita, o empresariado e o governo a reagir duramente contra o projeto, acusando-o de inviabilizar o país, enquanto procuram razões para a derrota.

"Não soubemos vender nosso projeto liberal", admite o deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA). "Fomos abandonados completamente, ninguém nos ajudou. Nem governo, nem empresários, nem a imprensa. Ficamos à mercê de uma opinião pública manipulada por teses populares, próprias de uma época pré-eleitoral", analisa o líder do PFL, José Lourenço, que define a nova Constituição como "de esquerda".

Interesses — Lourenço ressalva alguns ministros que trabalharam ativamente com o *Centrão* — Antônio Carlos Magalhães, João Alves, Prisco Viana e Hugo Napoleão. "Se houve omissão foi por parte do empresariado", diz Antônio Carlos. Para ele, faltou a defesa de um projeto global, "cada um lutou por seu próprio interesse". O resultado, na opinião do ministro, foi um texto "altamente prejudicial ao país" e "um engodo para os trabalhadores que, por falta de receita, acabarão sem as conquistas que imaginam ter".

Amaral Neto, líder do PDS, e José Lourenço, dois direitistas assumidos, juntam-se ao líder do PT, Luís Inácio Lula da Silva, na defesa da tese de que os conservadores subestimaram a Constituinte, acostumados que estavam a ver o Executivo resolver-lhes os problemas. "Ao contrário de nós, a direita veio para cá pensando em defender cada um seu interesse e confiando que Deus cuidaria de todos", diz Lula.

Amaral Neto reconhece a competência da esquerda que, minoritária (pelo menos aparentemente), ativou logo seus *lobbies*. "A *padralhada* esteve aqui desde o começo", lembra Amaral, referindo-se à facção progressista da Igreja. Ao empresariado ele só reserva críticas. "Não souberam trabalhar, não entenderam que o Legislativo teria poder político. A única empresa a manter um homem permanentemente em contato conosco, a Paranapnema, de mineração, acabou saindo vitoriosa em vários aspectos".

Reflexo — O Palácio do Planalto, na opinião de Amaral, só se preocupou com o mandato e o sistema de governo. Nelson Jobim, líder do PMDB, até concorda que em função do mandato o governo se descuidou de assuntos importantes, como a reforma tributária, mas não acha que essa tenha sido a causa principal da vitória dos progressistas. "O importante é que, desde o começo, fizeram aqui uma opção por um processo aberto que impedia o controle de qualquer grupo externo e, ao mesmo tempo, comprometia todos os constituintes com a produção de um texto que refletisse a vontade da maioria".

O presidente do PFL, senador Marco Maciel, discorda que tenha havido vencidos ou vencedores: "a esquerda cedeu muito no começo, e a direita está tendo de ceder agora". Ele aponta derrotas expressivas da esquerda, como a estabilidade no emprego, que acabou transformada em pagamento de indenização compensatória, e acha que os *lobbies* influíram muito mais que a sociedade.

"As Forças Armadas, o Itamaraty, o Ministério das Comunicações e a empresa nacional tiveram expressivas vitórias". O problema, para Marco Maciel, não é saber se a nova Constituição é de direita ou de esquerda: "O conflito, no caso, é entre o arcaico e o moderno". O resultado, segundo ele, está mais próximo do texto produzido em 1946 do que da modernidade.

As batalhas que os conservadores perderam na Constituinte

- Turno especial de seis horas para empresas com trabalho ininterrupto.
- Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço.
- Direito de greve restrito.
- Férias remuneradas com adicional de um terço.
- Licença-paternidade, provisoriamente de cinco dias.
- Definição de empresa nacional. São nacionais as empresas cujo capital está sob controle de pessoas residentes no país.
- Preferência para a empresa nacional na compra, pelo governo, de bens e serviços.
- Exigência de maioria de capital nacional para a formação de *joint-ventures*.
- Definição no mercado interno como patrimônio nacional.
- Definição do subsolo como patrimônio da União, e proibição de o capital estrangeiro operar na mineração.
- Estabilização das telecomunicações.
- Fim dos contratos de risco para a exploração de petróleo.
- Imposto sobre grandes fortunas.
- Limitação da taxa de juros reais para os bancos.
- Mandado de injunção, que garante ao cidadão o cumprimento dos direitos constitucionais.
- Reserva de mercado na informática.

Brasil

domingo, 21/8/88 □ 1º caderno □ 3